

**“A CORRUPÇÃO COMO EMPECILHO PARA O DESENVOLVIMENTO  
BRASILEIRO E O FATOR QUE AFETA DIRETAMENTE A PROMOÇÃO DOS  
DIREITOS FUNDAMENTAIS”<sup>1</sup>**

*CORRUPTION AS A BARRIER FOR BRAZILIAN DEVELOPMENT AND A  
FACTOR THAT DIRECTLY AFFECTS THE PROMOTION OF FUNDAMENTAL  
RIGHTS.*

**Fernanda de Lima Araújo<sup>2</sup>**

Faculdade Processus – DF (Brasil)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4624955326696111>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0230-8338>

E-mail: [fernanda-custodio@hotmail.com](mailto:fernanda-custodio@hotmail.com)

**Resenha da obra:**

CARMO, Wanderley da Silva. A corrupção como empecilho para o desenvolvimento brasileiro e o fator que afeta diretamente a promoção dos direitos fundamentais. **Revista Processus Multidisciplinar**. Ano II, Vol. II, n. 4, jul.-dez., 2021.

**Resumo.**

Esta é uma resenha do artigo intitulado “A corrupção como empecilho para o desenvolvimento brasileiro e o fator que afeta diretamente a promoção dos direitos fundamentais”. Autor: Wanderley da Silva Carmo. O artigo foi publicado no periódico “Revista Processus Multidisciplinar”, no Ano II, Vol.II, n.4, jul.-dez., 2021.

**Palavras-chave:** Corrupção. Corrupção Política. Desenvolvimento Brasileiro. Direitos Fundamentais.

**Abstract**

*This is a review of the article entitled “The corruption like hindrance to the brazilian development and factor that affects directly to the promotion of fundamental rights”. This article is authored by: Wanderley da Silva Carmo. The article here reviewed was published in the periodical “Revista Processus Multidisciplinar” in the year II, Vol. II, n. 4, jul.-dec., 2021.*

<sup>1</sup> Revisão linguística realizada por Roberta dos Anjos Matos Resende.

<sup>2</sup> Graduando em Direito pela Faculdade Processus.

**Keywords:** *Corruption. Political Corruption. Brazilian Development. Fundamental Rights*

### Resenha

O presente texto é uma resenha da obra “A corrupção como empecilho para o desenvolvimento brasileiro e o fator que afeta diretamente a promoção dos direitos fundamentais” de autoria de Wanderley da Silva Carmo graduado em Letras, Língua Portuguesa pela Faculdade Fortium (2012). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Letras. Concluinte em Direito no Instituto Processus.

O artigo é dividido nos seguintes capítulos: Resumo, Palavras-chave, Resumo, Introdução, Origem da corrupção, Inclusão da corrupção e suas consequências, Influência da corrupção, Mecanismos, Objetivos, Conclusões e Referências.

No resumo do artigo consta:

O tema deste artigo é “A corrupção como empecilho para o desenvolvimento brasileiro e fator que afeta diretamente a promoção dos direitos fundamentais”. Investigou-se o seguinte problema: “como a corrupção instalada no sistema político brasileiro se torna um obstáculo no processo de desenvolvimento brasileiro, dificultando a promoção dos direitos fundamentais?” Cogitou-se a seguinte hipótese “a corrupção se torna um empecilho para o desenvolvimento nacional quando impede que os direitos fundamentais cheguem a todos, e principalmente a quem mais precisa”. O objetivo geral é entender como a corrupção dificulta o processo de desenvolvimento brasileiro e a promoção de direitos fundamentais. Os objetivos específicos são: entender o processo de corrupção, suas origens e porque é tão prejudicial para o desenvolvimento brasileiro; expor alguns direitos fundamentais e como estes são dificultados para os cidadãos pela corrupção; conhecer o que tem sido feito para combater a corrupção no Brasil. Este trabalho é importante para um operador do Direito devido a necessidade em se discutir e estudar a temática, suas origens e o que tem e pode ser feito para o combate dessa prática; para a ciência, é relevante por ser um assunto de pouco estudo carecendo de contribuições para que futuras teorias sejam formuladas e discutidas entre pensadores e estudiosos da área; agrega à sociedade pelo fato da mesma dever discutir e entender mais sobre, tendo condições de cobrar a promoção adequada de seus direitos e estar envolvida no combate a esse mal. Trata-se de uma pesquisa qualitativa teórica com duração de seis meses.(CARMO, 2021, p.81).

O respectivo artigo sobre corrupção foi discutido com o contratempo: de que modo a corrupção instalada no sistema político brasileiro torna-se um empecilho para progressão, dificultando também a promoção dos direitos fundamentais? O artigo partiu da hipótese de responder a problemática proposta, as quais se geram obstáculos entre o desenvolvimento nacional e a corrupção impedindo que os direitos fundamentais sejam para todos e principalmente para quem mais precisa.

No artigo, é possível verificar de que maneira a corrupção obsta a ação do desenvolvimento brasileiro e a efetivação dos direitos e garantias fundamentais. As finalidades particulares foram: compreender a razão dessa prática ser tão danosa para o desenvolvimento brasileiro.

O objeto da pesquisa determinou a devida justificativa: para o executor do Direito, pela importância de debater a questão da corrupção, origens e possíveis feitos para aumentar o combate contra essa prática, bem como para a ciência esse trabalho mostra sua importância devido ao fenômeno da corrupção ser ainda um tópico de atípico estudo dentro do campo das ciências sociais e políticas, e para o corpo social a importância é justificada pela necessidade, pois está cada vez mais a par do quão prejudicial a corrupção pode ser.

A ordenação operada para a concepção da pesquisa aplicada foi baseada em pesquisas bibliográficas e revisão de literaturas escolhidas previamente, trata-se de uma análise teórica. Esse tipo de pesquisa busca a comparação das leituras selecionadas (artigos científicos), respondendo a problemática pretendida, confirmando ou não a hipótese levantada, alcançando os objetivos propostos.

O autor nos mostra como a corrupção afetou o desenvolvimento do Brasil, voltando ao tempo da descoberta do país e conseqüentemente para a cultura de exploração iniciada para a extração de lucro para a coroa Portuguesa e vontades da classe superior frequentes. Os valores tornaram-se hábitos de usar a função pública em benefício próprio, passando a ver o Estado brasileiro como fonte de riquezas e administração debilitada.

Evidentemente, a sobreposição dos interesses particulares sobre os interesses comuns foi naturalmente incluída na cultura do Brasil, constituída por ações corruptivas. O texto nos chama a atenção para a prejudicialidade que causa na nação brasileira, o que é de importante reconhecimento. Respeitáveis pesquisas manifestam que a corrupção gera a perda de legitimidade do Estado, gerando o empobrecimento e a baixa eficiência da atuação dos Poderes. O autor aduz que os direitos e as garantias essenciais perdem efetividade com a atuação desse fenômeno, pois afetada a educação, a saúde e o Judiciário.

No decorrer da obra é possível analisar diversas áreas públicas influenciadas pela corrupção: na construção civil, por exemplo, promove

processos fraudulentos causando superfaturamentos e gerando malefício para área ambiental, com licenças ilegítimas, mares e rios são afetados com maior probabilidade de riscos naturais. Desse modo, o autor demonstra preocupação e ressalta que é de suma importância haver meios de intervenção contra a corrupção, pois a impunidade lesa a intervenção da prática contra a corrupção.

O autor esclarece que há mecanismos para afastar esse fenômeno, entre tantos, o autor salienta as auditorias, ações de improbidade administrativa como ações civis e penais, afirmando que a preocupação não é apenas punir, mas prevenir com eficácia para que essa ação não seja perpetuada contra os direitos fundamentais. É curiosa a forma como o autor evidencia que não só o Brasil tenta intervir contra a corrupção, mas a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA) cooperam para a elaboração de instrumentos normativos para a prevenção e o auferimento do objetivo. O Brasil se empenha para adotar esses dispositivos.

Nesse sentido, o autor elucida que ainda há muito para desenvolver, e para isso é imprescindível adotar posturas preventivas para que o fenômeno da corrupção seja contido. São necessários meios de repressão, progresso dos mecanismos e a conscientização da sociedade. A sugestão é ter transparência e visibilidade nos processos públicos, estabelecendo a apreciação dos cidadãos, enfatizando a importância da participação da sociedade como meio de fiscalização e controle social, o que é significativo para a redução de riscos.

Por fim, com aspectos relevantes, a proposta do trabalho foi devidamente repassada para expor o máximo sobre a corrupção. O objetivo é nutrir o conhecimento da sociedade para que defenda seus direitos, promovendo a efetividade necessária para a garantia do mínimo existencial.

### Referências.

ALBUQUERQUE, Mário Pimentel. O protagonismo do Ministério Público no Estado de Direito: a cidadania contra a corrupção. **O papel do Ministério Público no combate à corrupção**. Brasília: [s.n.], 2006.

ALVES, Felipe Dalenogare; LEAL, Mônia Clarissa Hennig. A prevenção e a repressão ao fenômeno multinacional da corrupção: o papel indutivo dos instrumentos normativos internacionais e regionais sobre o ordenamento jurídico brasileiro atinente à matéria como forma de proteção multinível aos direitos fundamentais. **Revista de Direito Administrativo & Constitucional**. Belo Horizonte, ano 19, n. 78, p. 137-164, out./dez. 2019.

ARANTES, Paulo Henrique. A corrupção nossa de cada dia. **Revista da**

CAASP, n. 12, a. 3, p. 22-31, ago. 2014.

AVRITZER, Leonardo; FILGUEIRAS, Fernando. **Corrupção e controles democráticos no Brasil**. Brasília: CEPAL – IPEA, 2011

BARROSO, Luís Roberto. Ensaio sobre o Jeitinho brasileiro. **Revista Conjur**, 2017. Disponível em: . Acesso em: 29. maio. 2021

BIASON, Rita. Breve História da Corrupção no Brasil, 2010, [s.p]. Disponível em: . Acesso em 08.abr.2021

BLANCHET, Luiz Alberto. A transparência na administração pública, o combate à corrupção e os impactos no desenvolvimento. **Revista do Direito**, Santa Cruz do Sul, v. 1, n. 51, jan./abr. 2017. Disponível em: DOI: . Acesso em 08. jun. 2021

BRASIL. **Constituição Federal**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: Acesso em: 07. abr. 2021

CAMPOS, María Luisa Bascur; BASCUÑÁN, Pedro Aguiló. **Corrupción y derechos humanos: una mirada desde la jurisprudencia de la corte interamericana de derechos humanos**. Facultad de Derecho Universidad de Chile: Centro de Derechos Humanos, 2014.

DELMANTO, Robert; DELMANTO JUNIOR, Roberto; DELMANTO Fabio M. de Almeida. **Leis penais especiais comentadas**. São Paulo: Saraiva, 2014.

FERNANDES, João Marcelo Negreiros. Corrupção e violação a direitos humanos: obstáculos ao desenvolvimento brasileiro no século XXI. **Revista Acadêmica Escola Superior do Ministério Público do Ceará**. v. 8, n. 2, 2020.

FILGUEIRAS, Fernando. A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social. **Opinião Pública**, Campinas, v. 15, n. 2, 2009.

GARCIA, Emerson; ALVES, Rogério Pacheco. **Improbidade administrativa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, p. 95–107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como escrever um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 29–55, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319105. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/122>> . Acesso em: 13 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Modelo de resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista Processus Multidisciplinar**. Vol. 1, n. 2, p. 04-07, ago. 2020. Disponível em: <<http://periodicos.processus.com.br/index.php/multi/article/view/225>>. Acesso em: 03 ago.2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como fazer um projeto de pesquisa de um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 01–28, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319102. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/121>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Escolha do tema de trabalho de curso na graduação em Direito. **Revista Coleta Científica**. Vol. 5, n. 9, p. 88–118, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.5150811. Disponível em: <<http://portalcoleta.com.br/index.php/rcc/article/view/58>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. **Manual de Projeto de Pesquisa**. 3 ed- Brasília: Processus, 2021 (Coleção Trabalho de curso)

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. **Metodologia Científica e Redação Acadêmica**. 8. ed. Brasília: JRG, 2019

GUERRA, Caio Cesar Moraes Grande. A corrupção na administração pública como elemento impeditivo a concretização dos direitos fundamentais sociais. **Revista de Direito da Unigranrio**, v. 8, n. 1, 2018.

LEAL, Mônia Clarissa Hennig; MORAES, Maria Valentina de. Relações entre Estado, Administração Pública e sociedade: a corrupção como fenômeno multicultural e a afetação dos direitos fundamentais. **A&C Revista de Direito Administrativo & Constitucional**. Belo Horizonte, ano 18, n. 74, p. 175-192, out./dez. 2018. DOI: 10.21056

LEAL, Rogério Gesta; SCHNEIDER, Yuri. Os efeitos deletérios da corrupção em face dos direitos humanos e fundamentais. **Revista da AJURIS**, Porto Alegre, v. 40, n. 132, p. 415-435, 2014.

LEAL, Rogério Gesta. **Patologias corruptivas nas relações entre Estado, Administração Pública e sociedade**: causas, consequências e tratamentos. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2013.

LITGAARD, Robert; tradução, Octavio Alves Velho. **A corrupção sob controle**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994

MEDEIROS, Humberto Jacques de. O papel do Ministério Público no combate à corrupção. **O papel do Ministério Público no combate à corrupção**. Brasília: [s.n.], 2006.

PAZZAGLINI FILHO, Marino. **Lei de improbidade administrativa comentada: aspectos constitucionais, administrativos, civis, criminais, processuais e de responsabilidade fiscal: legislação e jurisprudência atualizadas**. São Paulo: Atlas, 2002.

RAMINA, Larissa O. **Ação internacional contra a corrupção**. 3. reimp. Curitiba: Juruá, 2008

REMEDIO, Davi Pereira; REMEDIO, José Antonio. Direito e Desenvolvimento: Corrupção Administrativa e Ação Civil por Improbidade Administrativa. **Revista Doutrina**. Vol.14, n. 81, 2018.

RONZANI, Dwight Cerqueira. Corrupção, improbidade administrativa e poder público no Brasil. **Revista da Faculdade de Direito de Campos**, v. 8, n. 10, p. 69, 2007. Disponível em: . Acesso em 15. maio. 2021

SANTOS, Fernanda; PAIVA, Fernando; RAMALHO, Tatiana. **Lei Anticorrupção** – Lei nº. 12.846/13, de 1º de agosto de 2013. São Paulo: Saraiva, 2013.



SIGLINSKI, Stefan Hanatzki; WILMSEN, Janiquele. O combate à corrupção e os riscos aos direitos fundamentais. **Percorso Acadêmico**, Belo Horizonte, v. 9, n. 17, jan./jun. 2019

SILVA, Fernando Pereira da. Ineficiência, corrupção e desigualdade: três males a serem superados no caminho do desenvolvimento do Brasil. **Revista de Direito Administrativo e Gestão Pública**. Vol. 4, n. 2, 2018.

SIMONETTI, Eliana Gianella; RAMIRO, Denise. O custo econômico da corrupção. **Revista Veja**, v. 1691, p. 48-53, 14 mar. 2001.